

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA**

**FEAAC - Ciencias Economicas**

**Teoria Monetarista, Estruturalista e  
Neo-estruturalista de Inflacao**

**Monografia II**

**Prof. Orientador: PICHAI CHUMVICHITRA**

**ALUNO: Leonardo A. de Moura Junior  
Mat.: 890533**

**JANEIRO 94**

## TEORIA MONETARISTA, ESTRUTURALISTA E NEO-ESTRUTURALISTA DE INFLAÇÃO

Monografia submetida à coordenação do  
Curso de Graduação em Economia, como  
requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Econômicas.

---

LEONARDO ANTONIO DE MOURA JUNIOR

BACHARELANDO

MONOGRAFIA APROVADA EM 13 DE JANEIRO DE 1994

---

Prof. PICHAI CHUMVICHITRA

ORIENTADOR

---

Prof. ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA

---

Prof. CARLOS AMÉRICO LEITE MOREIRA

## AGRADECIMENTOS

Quero registrar os meus sinceros agradecimentos àqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para o êxito deste trabalho. Agradeço especificamente ao professor Pichai Chumvichitra, orientador desta monografia, por ter me encaminhado de tão correta maneira a obter esse êxito tão satisfatório. Também agradeço aos professores Américo e Alfredo, componentes da banca apreciadora, por, em meio a inúmeros outros trabalhos, ter dispensado especial atenção a este. O último agradecimento vai ao amigo Paulo Marcelo que contribuiu na parte da digitação do trabalho, estando sempre de prontidão para ajudar-me a solucionar as repentinas dúvidas.

## INDICE

INTRODUÇÃO.....	01
CAPITULO I.....	03
1. MONETARISMO.....	04
1.1. Teoria Quantitativa da Moeda.....	05
CAPITULO II.....	14
2. ESTRUTURALISMO.....	15
2.1. Causas Estruturalistas de Inflação.....	17
2.1.1. Desajuste na Estrutura Produtiva.....	18
2.1.2. Desajuste na Estrutura do Comércio Internacional.....	20
2.1.3. Inflação Aliada ao Processo de Substituição de Importações.....	22
2.1.4. A Estrutura Monopsônica e Oligopsônica da Comercialização de Produtos Agrícolas (A Contribuição de Ignácio Rangel).....	23
2.2. Visão Latino-Americana de Inflação e o Modelo Escandinavo.....	24
CAPITULO III.....	33
3. NEO-ESTRUTURALISMO.....	34
3.1. O Modelo Matemático do Conflito Distributivo.....	45
3.2. Inflação Inercial e Indexação dos Salários.....	51
3.3. Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial..	53
3.4. O Papel da Demandã Agregada e da Moeda no Neo-estruturalismo.....	54
RESUMO DAS CONCLUSOES.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	63

## INTRODUÇÃO

Problema dos mais difíceis de solucionar, a INFLAÇÃO tem sido um desafio para governantes brasileiros em diferentes épocas.

Os países da América Latina empenham-se em combater o aumento persistente de preços ou o processo de queda contínua do valor da moeda. Os movimentos inflacionários são dinâmicos e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços. São também generalizados porque a maioria dos preços deve ser sincronizada numa escala altista.

Efetivamente, não constitui uma tarefa simples sistematizar a análise do problema da inflação devido à evidência de que as fontes de inflação costumam diferir em função das condições de cada país ou de cada época. Portanto, o processo inflacionário em países subdesenvolvidos tem características diversas daquela de países desenvolvidos. Países com estruturas de mercado oligopolizadas apresentam um comportamento de preços distinto de países com estruturas mais concorrenciais.

Existe uma grande controvérsia a respeito dos diferentes processos de combate à inflação. Dentro desta análise é que surgem as diversas correntes de combate à inflação, merecendo um maior destaque os monetaristas, os estruturalistas e os neo-estruturalistas. O debate teórico entre estas correntes vem dominando o cenário acadêmico já há algum tempo e é a partir deste debate que o presente trabalho se desenvolve.

No primeiro capítulo, será vista a teoria monetarista

de inflação dando destaque a Teoria Quantitativa da Moeda que, mesmo nos dias atuais, ainda é considerada como base para diversas teorias de demanda por moeda. Serão analisadas as versões antiga e moderna da teoria quantitativa, suas principais hipóteses e diferenças para que ambas possam ser utilizadas como teoria de inflação.

No segundo capítulo, será mostrada a teoria estruturalista da inflação, surgida na América Latina, sob os auspícios da Comissão para América Latina (CEPAL). Neste capítulo, serão detalhadas as principais causas estruturais de inflação bem como as medidas defendidas por esta corrente para estabilizar a economia.

No último capítulo, será discutida a teoria neo-estruturalista de inflação que ganhou respaldo no final da década de setenta ao se colocar como uma alternativa analítica à teoria monetarista para a condução de políticas de combate à inflação. Serão analisadas as principais características do modelo neo-estruturalista destacando, dentre elas, o caráter inercial da inflação defendido pela escola. O capítulo tratará ainda das questões da indexação, do conflito distributivo e ainda do papel da moeda e da demanda agregada no neo-estruturalismo.

Ao final do trabalho, são feitas algumas considerações finais acerca do que foi discutido, retirando-se as principais conclusões.

CAPITULO I

## 1. MONETARISMO

A teoria monetarista de inflação ganhou força como alternativa teórica à visão neoclássica a partir da incapacidade desta última em explicar os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo, como por exemplo, a estagflação, em que inflação e desemprego ocorrem simultaneamente no mesmo período. Até meados dos anos sessenta, a análise do processo inflacionário baseava-se no instrumental estatístico formulado por Phillips<sup>1</sup> e posteriormente teorizado por Lipsey<sup>2</sup>. Este instrumental, atualmente conhecido como "Curva de Phillips", fundamentava uma teoria em que desemprego e inflação mantinham uma relação polar, ou seja, só se poderia diminuir o desemprego aumentando-se a taxa de inflação e vice-versa, como será visto no gráfico (3.2) presente no capítulo 3.

A idéias monetaristas são antigas, porém, o ponto mais controverso e que atinge a essência da inovação monetarista diz respeito à relação existente entre expansão monetária e renda nominal. Esta relação será analisada a partir do estudo da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) que, ainda nos dias atuais, pode ser considerada como a base das diversas teorias monetárias de demanda por moeda.

---

1. Phillips, A.W. - "The Relation Between Unemployment and The Rate of Change of Money Wage Rates in The United Kingdom, 1861-1957", *Econômica*, 25 (november, 1958), pp. 283 a 299.

2. Lipsey, R.G. - "The Relation Between Unemployment and The Rate of Change of Money Wage Rates in The United Kingdom, 1861-1957: A Further Analysis", *Econômica*, 27 (february, 1960), pp. 1 a 31.



## 1.1. Teoria Quantitativa da Moeda

A teoria quantitativa da moeda é provavelmente uma das mais antigas teorias de inflação. Já em 1570 as idéias de Jean Bodin geraram uma controvérsia com as idéias de Mallestrait sobre as causas da inflação na França. Segundo o pensamento de caráter ortodoxo de Mallestrait, a alta geral de preços se devia à queda do teor metálico da moeda. Para Bodin, isto era apenas meia explicação, pois era preciso se levar em conta o aumento do estoque do ouro em circulação na França.

Esta teoria foi aceita como lei de proporcionalidade entre a quantidade de moeda em circulação e o nível geral de preços por mais de três séculos, porém, as suas formulações mais importantes datam do final do século passado e início deste e se devem a Alfred Marshall, Irving Fisher e Knut Wicksell.

Em 1911, Irving Fisher<sup>3</sup> descreveu a teoria quantitativa por intermédio da equação que ficou conhecida como equação das trocas, onde o estoque de moeda mantém uma relação com o número de transações da economia.

$$M.V = P.T \quad (\text{equação das trocas}) \quad (1.1)$$

onde:

V - Velocidade de circulação da moeda;

---

3. Fisher, I. - "Purchasing Power of Money", New York, A.M.Kelley, 1943.

T - Número de transações na economia;

M - Estoque de moeda corrente;

P - Índice de preço ou média ponderada do preço de venda.

A equação de trocas novamente destaca o papel da moeda como meio de transação, isto é, o ato de comprar e vender bens, serviços ou títulos em troca de dinheiro.

A velocidade de circulação da moeda é o inverso da constante marshalliana (k) e corresponde ao número médio de vezes que cada unidade do estoque de moeda em circulação (M) é utilizada para realizar uma transação. O valor nominal total das transações na economia é dado por (P.T) e o número de transações na economia guarda uma relação direta com o nível de produto real e este é igual à renda real. Portanto a equação das trocas pode ser formulada da seguinte forma:

$$M.V = P.Y \quad (1.2)$$

Outra versão da equação quantitativa foi proposta por Marshall e os economistas da escola de Cambridge. Esta versão supõe que a demanda de moeda seja proporcional à renda nominal, ou equivalentemente, que possua elasticidade de renda unitária. Isto significa que um índice de variação na renda nominal se refletirá em um índice de variação de mesma magnitude na demanda de moeda. Matematicamente esta versão pode ser resumida através da seguinte equação:

$$M^d = k.P.Y \text{ (equação de Cambridge)} \quad (1.3)$$

onde:

$M^d$  - Quantidade de moeda desejada pelos agentes;

$M^s$  - Oferta de moeda (exógena);

$k$  - Coeficiente de retenção de moeda;

$P$  - Nível geral de preços;

$Y$  - Produto real.

A oferta de moeda é considerada como sendo determinada pelas autoridades monetárias e no equilíbrio se iguala com a demanda de moeda.

$$M^s = M^d = k.P.Y \quad (1.4)$$

Esta formulação não contém explicitamente a taxa de juros ou custo de oportunidade de reter moeda, dando a noção que a moeda só era demandada para transação.

Para que a teoria quantitativa da moeda tenha explicação eminentemente monetária para a inflação, isto é, para que se possa dizer que a taxa de crescimento dos preços é determinada pela expansão dos meios de pagamento acima do crescimento do produto real, é preciso deixar claro algumas hipóteses essenciais:

- (a) A velocidade de circulação da moeda ou, alternativamente, o coeficiente de retenção de moeda, estejam no patamar sempre estável

(constante) ou uma função estável de alguns poucos fatores que permaneçam de certa forma constantes ao longo do tempo;

- (b) A oferta de moeda possui caráter exógeno, sendo controlada pelas autoridades monetárias. Esta suposição implica numa independência das determinantes da oferta e demanda por moeda;
- (c) Visão dicotômica entre o setor real e o setor monetário da economia. A demanda de moeda era determinada principalmente pela renda real, se relacionava unicamente ao motivo transacional e aos encaixes de segurança, pois a teoria quantitativa da moeda não prevê a finalidade especulativa da demanda por moeda, já que a moeda, por não render juros se torna um ato indesejável. A renda real ou a riqueza, por sua vez, seriam influenciadas por condicionantes reais como: tecnologia, produtividade e oferta de mão-de-obra que variam lentamente ao longo do tempo.

Dessa maneira, a teoria quantitativa da moeda determina uma trajetória de equilíbrio para a economia onde a moeda não afeta o setor real da economia, ou seja, a moeda possui um caráter neutro em relação ao setor real.

Segundo a equação de Cambridge, no ponto de equilíbrio tem-se:

$$M^d = k.P.Y = M^s = M$$

De acordo com o que já foi visto, tem-se, a partir da relação  $V = 1/k$ , a equação (1.2):

$$M.V = P.Y$$

Aplicando-se logaritmo em ambos os lados e indicando sob a forma de taxa de variação, obtém-se:

$$\begin{aligned} \text{Ln}(M.V) &= \text{Ln}(P.Y) \\ \text{Ln}M + \text{Ln}V &= \text{Ln}P + \text{Ln}Y \\ \dot{M} + \dot{V} &= \dot{P} + \dot{Y} \end{aligned}$$

Por hipótese,  $V$  é constante, então  $\dot{V} = 0$ . A partir daí, chega-se à taxa de inflação:

$$\begin{aligned} \dot{M} &= \dot{P} + \dot{Y} \\ \dot{P} &= \dot{M} - \dot{Y} \end{aligned} \tag{1.5}$$

Utilizando-se o mesmo procedimento, obtém-se igual resultado a partir da equação (1.1).

$$\dot{P} = \dot{M} - \dot{T} \tag{1.6}$$

Sabendo-se que o produto real da economia é determinado exclusivamente por fatores reais que variam lentamente ao longo

do tempo, e ainda admitindo a hipótese neoclássica de flexibilidade de preços e salários, pode-se dizer que a taxa de crescimento da oferta monetária e a taxa de crescimento da renda real podem ser determinados de forma independente.

Com a hipótese de neutralidade da moeda pode-se chegar à conclusão de que a variação no nível geral de preços só pode ser entendida por fatores monetários, e o resíduo obtido entre  $M$  e  $Y$  corresponde à taxa de inflação.

Então, de acordo com a teoria quantitativa da moeda e suas hipóteses, a política monetária seria o principal instrumento de combate à inflação.

O declínio da teoria quantitativa da moeda em sua versão antiga se deu na década de trinta, durante o período da Grande Depressão, quando foi verificada uma acentuada instabilidade da velocidade de circulação da moeda, o que ocasionou um descrédito nas hipóteses desta versão.

A teoria quantitativa com uma nova roupagem veio ressurgir somente nos anos cinquenta, após a Segunda Guerra mundial com o surgimento de altos níveis de inflação.

A nova visão desta teoria foi proposta por Milton Friedman<sup>4</sup> e representou um grande avanço em relação à formulação da equação de demanda por moeda.

Friedman, para restaurar o prestígio da teoria quantitativa, desenvolveu uma teoria modificada da versão

---

4. Esta versão foi proposta em dois de seus artigos: "The Quantity Theory of Money - A Restatement" publicado em 1956 e "The Demand for Money: Some Theoretical Results" de 1959.

neoclássica onde a dicotomia entre o setor real e o setor monetário, no curto prazo, foi rompida. Segundo esta nova versão, a expansão monetária produz incremento da atividade econômica antes de se refletir integralmente em elevação do nível geral de preços.

O modelo de Friedman é analiticamente mais sofisticado do que a equação  $M = k.P.Y$  e considera a teoria quantitativa como sendo uma teoria de demanda de moeda, já que a determinação do nível de preços envolve hipóteses adicionais sobre o comportamento da oferta de moeda e de outras variáveis.

A determinação da função demanda de moeda é um dos pontos em que as duas versões mais se diferenciam. Na versão antiga, a demanda de moeda era considerada como uma função unicamente da renda, cuja trajetória independia da oferta de moeda. Na versão moderna, sabendo-se que a moeda corresponde a uma das cinco formas de reter riqueza<sup>5</sup>, já que as outras formas são os títulos, ações, bens físicos e capital humano que, juntas, compõem o portfólio dos indivíduos, é possível se observar que a função demanda por moeda dependerá da riqueza total e da taxa de retorno esperada da moeda e de outros bens.

A análise usada na determinação da demanda por moeda na versão de Friedman é semelhante à utilizada na determinação da demanda por bens e serviços da teoria do consumidor. Para Friedman, os indivíduos escolhem a quantidade de moeda a reter

---

5. Para Friedman, riqueza é qualquer ativo capaz de gerar renda. Assim, o salário, por exemplo, corresponderia a um rendimento decorrente de um capital humano.

pela maximização da função utilidade frente às outras formas de alocação de riqueza. Então, um dos principais meios para determinação da composição do portfólio dos indivíduos será a análise do fluxo de rendimentos esperados, associados a cada possibilidade de alocação de riqueza.

A partir do que foi mostrados, tem-se a nova função de demanda por moeda:

$$M^d = f(P, i, r, \delta^e, w, P.Y_p, u) \quad (1.7)$$

onde:

- P - Nível de preços;
- i - Taxa de juros nominal;
- r - Taxa de juros real;
- $\delta^e$  - Taxa de inflação esperada;
- w - Relação entre os rendimentos associados ao capital não-humano e aqueles associados ao capital humano;
- $Y_p$  - Renda real permanente;
- u - Variável relacionada ao gosto dos indivíduos.

A utilidade da teoria quantitativa em sua nova versão como teoria de inflação requer uma série de hipóteses relacionadas ao comportamento das variáveis da equação (1.7). Em primeiro lugar, a demanda por moeda mantém uma relação inversa com i, r,  $\delta^e$  e w. Com respeito a  $Y_p$ , a demanda por moeda mantém uma relação direta. A variável u captará a influência do gosto dos indivíduos e a variação que ocasionará na demanda por moeda



dependerá da natureza do gosto que u está medindo.

A teoria friedmaniana retoma a política monetária como determinante básico do nível de atividade e preços na medida que considera-se que a atividade econômica tem uma sensibilidade em relação às flutuações da política monetária e estas são ainda transmitidas à renda permanente. Então, Friedman sugere para que se alcance a meta de uma economia funcionando a pleno emprego e sem inflação, que a expansão monetária seja constante e proporcional ao nível de produto.

Pode-se verificar que as duas versões da teoria quantitativa dependem de hipóteses bastante restritivas. Na primeira versão, por exemplo, é preciso se considerar que a demanda de moeda era função exclusivamente da renda e que os preços e salários eram perfeitamente flexíveis. Estas considerações asseguravam a proporcionalidade entre o nível geral de preços e os estoque de moeda. Na versão de Friedman, deve-se partir do pressuposto que a moeda possui várias utilidades e que os detentores de riqueza irão alterar suas reservas monetárias até o ponto em que a razão entre a utilidade marginal de moeda e a utilidade marginal de reter outros bens iguala-se à razão de seus preços.

CAPITULO II

## 2. ESTRUTURALISMO

A persistência das tensões inflacionárias em vários países da América Latina, inclusive no Brasil, induziu a novas especulações sobre as causas de inflação nestes países.

A partir destas especulações, desenvolveu-se na América Latina, durante a segunda metade da década de 50, a teoria estruturalista que diagnosticou que a inflação está associada a tensões de custos causadas por deficiências da estrutura econômica e que não seria consequência de medidas inadequadas de políticas fiscal e monetária. Esta teoria, teve como base os integrantes da CEPAL, que foi a instituição latino-americana que mais se preocupou com o fenômeno inflacionário e suas consequências econômicas e sociais.

A escola estruturalista tinha como objetivo formular uma teoria de inflação adequada às características dos países subdesenvolvidos da América Latina, que pudesse explicar as altas taxas de inflação experimentadas nestes países.

As idéias formuladas nesta teoria se opuseram às políticas de combate à inflação ortodoxas utilizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nos países subdesenvolvidos da América Latina. Os estruturalistas, devido ao caráter nacional-desenvolvimentista, rejeitavam as políticas de cunho ortodoxo e recessivo adotadas pelo FMI pois, segundo eles, sendo a inflação provocada por uma escassez de bens, a solução mais lógica seria a de aumentar a produção e não a de reduzi-la.

Dos vários autores da corrente estruturalista na

América Latina, destacam-se: Sunkel, Aníbal Pinto, Celso Furtado e Prebisch. Este último, com a experiência em política monetária que acumulou como presidente do Banco Central da República Argentina, constatou, na prática: "que o controle dos processos inflacionários em nossos países exige diagnósticos específicos para cada caso e não a adoção 'tout court' de medidas relacionadas com a expansão da moeda e do crédito".<sup>6</sup>

O diagnóstico estruturalista para o processo inflacionário em países subdesenvolvidos pressupõe que a inflação é resultante de limitações e inflexibilidades da estrutura econômica.

Aníbal Pinto<sup>7</sup>, dividiu a estrutura global da economia em:

- 1) Estrutura produtiva - Conjunto de atividades produtoras de bens que entram no mercado;
- 2) Infra-estrutura ou capital social básico - Constituem o suporte ou plataforma da estrutura produtiva;
- 3) Estrutura financeira - Conjunto de agentes e canais que correspondem e permitem que ocorram, monetariamente, as transações reais do sistema produtivo;

---

6. Pinto, A. (1978) - "A inflação recente no Brasil e na América Latina", Edições Graal, Rio de Janeiro, p. 9.

7. \_\_\_\_\_, idem.

- 4) Setor externo - Pode ser considerado como segmento da estrutura produtiva. Estabelece as pontes, as relações e também a dependência com relação ao resto do mundo;
- 5) Estrutura social - Relações de grupos e classes sociais que se institucionalizam na rede de organizações sindicais e políticas, inclusive o aparelho do Estado.

Todos estes componentes da estrutura global, são partes relevantes de uma totalidade, isto é, existem grandes relações de interdependência entre estes componentes. Qualquer desajuste em uma destas partes da estrutura, levará a um desajuste do sistema como um todo. O processo inflacionário, envolve a ação simultânea e combinada de cada grupo de elementos e de cada um destes, dependendo sua presença e seu peso das circunstâncias características de cada país e de cada conjuntura.

### 2.1. Causas Estruturalistas de Inflação

As principais causas estruturais de inflação são: (a) os desajustes da estrutura produtiva, onde se destaca o estrangulamento do setor agrícola; (b) os desajustes da estrutura do comércio internacional, com a deterioração dos termos de troca que desequilibram o balanço de pagamentos; (c) a inflação aliada ao processo de substituição de importações e (d) a estrutura monopsônica e oligopsônica da comercialização de produtos

agrícolas.

### 2.1.1. Desajuste na Estrutura Produtiva

Em relação ao desajuste da estrutura produtiva, cabe considerar que, durante o período da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países da América Latina passaram por transformações qualitativas em seus sistemas econômicos. Estas transformações tiveram como traço mais notório o aumento da representação dos serviços e da indústria. Para constatar o rápido crescimento das atividades fabris entre os anos trinta e os anos cinquenta, pode-se dizer que estas atividades mais do que duplicaram sua cota de participação em alguns países latino americanos<sup>8</sup>.

Levando-se em consideração este rápido crescimento das atividades industriais e sem introduzir novos elementos e relações no momento, pode-se observar as tensões perturbadoras que surgiram com este crescimento. Nem todas as atividades devem expandir-se no mesmo ritmo deste crescimento da participação da

---

8. No Chile, por exemplo, a representação do produto industrial em conjunto passou de menos de 10% no final dos anos vinte para cerca de 20% em meados dos anos cinquenta. No Brasil, a cota industrial durante os mesmos períodos cresceu de menos de 12% para 24%. Já nos Estados Unidos, o crescimento do setor industrial foi bem mais equilibrado. Aumentou de 10% para 21% no período compreendido entre 1829 e 1889, ou seja, sessenta anos. Com isso, os Estados Unidos tiveram menores problemas de desajustes de sincronismo entre o crescimento do setor industrial e dos outros setores da economia. PINTO, A. et al. "Inflação Recente no Brasil e na América Latina", Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

indústria, causando com isso um desajuste da estrutura produtiva.

Como um exemplo do desajuste do aparelho produtivo latino-americano, pode-se citar a atividade agropecuária que não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento do setor mais dinâmico da economia; a indústria. O rápido desenvolvimento da atividade industrial e de serviços gerou uma grande migração das zonas rurais para as zonas urbanas. Esta rápida urbanização, provocou uma elevação da demanda de produtos agrícolas. Porém, a resposta da produção agrícola não é imediata, ou seja, como a oferta de alimentos tem um caráter inelástico, ela não acompanhará proporcionalmente o aumento da demanda. Este fato acarreta um aumento no nível de preços dos produtos agrícolas na medida que o excesso de demanda não poderá ser atendido a curto prazo.

A oferta destes produtos não cresce na mesma proporção que a demanda devido a uma série de fatores de ordem estrutural. Um destes fatores seria a estrutura centralizada da propriedade agrária onde, nos países subdesenvolvidos, estaria dominada por latifúndios, cuja preocupação maior seria a de especular com terras. Neste sentido, a terra é vista mais como uma reserva de valor do que como um fator produtivo, razão pela qual os donos dos latifúndios possuem pouco interesse no atendimento da crescente demanda de alimentos. Por outro lado, existe um grande número de pequenas propriedades, porém estas praticam uma agricultura com objetivos de apenas satisfazer suas próprias necessidades (subsistência), sem gerar com isso um excedente que eleve a oferta de alimentos básicos. A teoria estruturalista defende a solução do problema inflacionário através de uma melhor

utilização das estruturas econômicas. Em relação ao setor agrícola, para esta escola, uma distribuição racional das terras proporcionaria uma maior produtividade na agricultura, permitindo aos demais setores o abastecimento de produtos primários. Assim, a reforma agrária permitiria uma maior produção de alimentos, diminuindo ou eliminando o excesso de demanda existente, tanto por aumentar a oferta absoluta de produtos agrícolas como por diminuir o fluxo migratório do campo para a cidade.

Outro fator de destaque pelo o qual não se eleva a oferta de alimentos seria a dificuldade decorrente de restrições do balanço de pagamentos em ampliar as importações.

Sendo a alimentação o principal item dos gastos familiares, os trabalhadores para não ver os seus salários reais reduzidos devido ao aumento dos preços dos alimentos, tentarão recompor a perda do seu poder aquisitivo reivindicando por maiores reajustes salariais. A elevação dos salários, para os empresários, representará um aumento dos custos de produção, que procurará repassar para os preços dos produtos finais, acelerando o processo inflacionário. Este processo levará a um espiral de preços e salários na medida que a aceleração da inflação provocará uma nova queda no poder aquisitivo e todo o processo tende a se repetir.

### 2.1.2. Desajuste da Estrutura do Comércio Internacional

Em relação aos desajustes da estrutura do comércio internacional, que apresentam uma rigidez das importações associada ao pouco dinamismo das exportações, pode-se dizer que



esta constitui, segundo a visão estruturalista, outra fonte de inflação.

Nas relações comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos tende a ocorrer uma deterioração dos termos de troca, uma vez que as exportações dos países subdesenvolvidos geralmente são baseadas em produtos primários, enquanto suas importações são basicamente de produtos industrializados. Esta especialização em produtos primários ou industrializados está intrinsicamente ligado ao nível de desenvolvimento de cada país. Uma nação desenvolvida tem sua produção baseada em produtos industriais porque o seu nível econômico possibilita um investimento na produção de manufaturados. Isto requer uma boa estrutura organizacional, econômica e financeira. A prioridade em produzir manufaturas deve-se ao fato do capitalista buscar um maior retorno de suas inversões. Quanto aos países especializados em produtos primários, estes são em maioria nações não desenvolvidas economicamente e, por isto, não dispõem de recursos direcionados à implantação e desenvolvimento da indústria. Estes países aproveitam suas riquezas naturais, no caso a terra e o grande contingente de mão-de-obra disponível.

Os produtos primários que são exportados estão sujeitos a oscilações em suas cotações dada sua sensibilidade à variação climática e, além disto, estes produtos possuem baixa elasticidade-renda, significando que os aumentos da renda mundial não provocam elevações substanciais em sua demanda e com isso restringe o crescimento do volume exportado. Os produtos que são importados possuem alta elasticidade-renda da demanda e são em sua maioria imprescindíveis para o desenvolvimento da indústria

nacional, que precisa para sua instalação de uma grande quantidade de insumos e produtos intermediários importados. O resultado deste processo de exportação de produtos primários e importação de produtos industrializados necessários para se alcançar maiores taxas de desenvolvimento econômico é o déficit em suas contas externas.

A necessidade de diminuir este déficit causará pressões inflacionárias de natureza estrutural. A política que geralmente é utilizada é a desvalorização cambial que estimula as exportações e inibe as importações, já que à medida que há uma desvalorização da moeda nacional, esta terá menos poder de compra no exterior. Porém, o que vem ocorrendo é que as importações dos países subdesenvolvidos são de produtos que o país não pode dispensar. Assim, a desvalorização cambial elevará o custo das importações e com isso provoca um aumento dos custos de produção que devem ser repassados aos preços dos produtos finais.

### **2.1.3. Inflação Aliada ao Processo de Substituição de Importações**

A estratégia de crescimento econômico baseado na substituição de importações também pode causar tensões inflacionárias. A fabricação de algum produto final que antes era parcial ou totalmente importado não encontrou simultaneamente a cobertura de insumos básicos, recursos humanos, recursos financeiros e uma infra-estrutura básica para a produção local destes bens. A necessidade de infra-estrutura adequada, aliada à importação de técnicas de capital intensivas pressionaram os custos de produção para cima gerando como consequência imediata a

elevação do nível geral de preços.

#### 2.1.4. A Estrutura Monopsônica e Oligopsônica da Comercialização de Produtos Agrícolas (A Contribuição de Ignácio Rangel)

Rangel foi um dos pensadores que mais contribuiu para o entendimento da economia brasileira. No seu livro "A Inflação Brasileira" de 1963, ele foi capaz de sintetizar os principais problemas pelos quais a economia brasileira passava e que dificultava o seu desenvolvimento como: a estrutura arcaica da agricultura brasileira, os problemas de capacidade ociosa e de demanda efetiva do parque industrial brasileiro, a necessidade de expansão financeira e, principalmente, a estrutura monopsônica e oligopsônica da comercialização de produtos agrícolas.

Esta obra foi capaz de formar uma explicação inédita a respeito das causas e consequências da inflação brasileira.

A estrutura de comercialização de produtos agrícolas era controlada pelos monopsonios e oligopsonios, que compravam toda a produção a preços baixos para revendê-la a preços exorbitantes aos consumidores. Isto ocasionava uma diminuição do consumo dos demais produtos da cesta de consumo dos trabalhadores. O setor de intermediação ficava, assim, cada vez mais forte ao pagar preços muito baixos aos produtores, não estimulando o crescimento da oferta de alimentos, e podendo jogar com a escassez de mercadorias para manter elevados os preços de venda ao consumidor. O setor industrial, possuindo alta capacidade ociosa devido ao pouco poder de consumo dos assalariados, mantinha os preços de seus produtos elevados para

compensar os encalhes de mercadorias ou mesmo para compensar os seus custos fixos. Assim, os altos preços agrícolas e industriais criavam um espiral inflacionário na economia brasileira.

Desta forma, os monopsonios e oligopsonios de comercialização, que elevavam artificialmente os preços agrícolas, emperrando os aumentos de produção, se constituem em uma das principais anomalias dos mecanismos de formação de preços do capitalismo brasileiro.

## 2.2. Visão Latino-Americana de Inflação e o Modelo Escandinavo

Oswald Sunkel<sup>9</sup> foi um dos autores estruturalistas da América Latina cujas idéias mais se aproximaram do diagnóstico estruturalista sobre o processo inflacionário. Em sua análise, ele divide em três categorias as pressões inflacionárias em uma economia em desenvolvimento: pressões básicas ou estruturais, pressões circunstanciais e pressões acumulativas.

No primeiro grupo, a inelasticidade da oferta de alimentos foi a pressão básica que se tornou popularmente mais associada ao estruturalismo, seguida de outros tipos de pressões estruturais como a redução do poder de compra das exportações, deficiências no sistema tributário e uma baixa taxa de investimentos. Para Sunkel, estas pressões representam a causa principal da inflação.

---

9. Sunkel, O. (1958); "La inflacion chilena: um enfoque heterodoxo", in El Trimestre Económico, v. XXV, n. 4, out/dez.

No segundo grupo, Sunkel considerou como razões circunstanciais que aumentam os preços, a elevação exógena nos preços de produtos importados, os aumentos salariais exagerados, o aumento dos gastos públicos por razões políticas, devido a desastres naturais ou a períodos de guerra.

As pressões acumulativas da inflação são aquelas criadas e desenvolvidas pelo próprio processo inflacionário como as distorções do sistema de preços, as expectativas inflacionárias desfavoráveis e os efeitos dos controles de preços e do comércio exterior.

Estes três tipos de pressões inflacionárias classificadas por Sunkel, porém, só geram um processo permanente de elevação dos preços graças à atuação dos chamados mecanismos de propagação. Segundo Aníbal Pinto: "No enfoque latino-americano da inflação, os mecanismos de decisões nas áreas fiscal, monetária e de comércio exterior constituíram, por assim dizer, a segunda ordem de elementos que incidem sobre a alta de preços. Mais concretamente: no geral, foram considerados fatores de propagação"<sup>10</sup>.

O conflito distributivo existente entre os diversos grupos, constitui um dos principais mecanismos de propagação do processo inflacionário. Os assalariados reivindicam reajustes capazes de manter a sua participação estável no produto nacional. Já os empresários, em vista do aumento dos salários e consequente aumento nos custos de produção, tendem a aumentar os preços de

---

10. Pinto, A. op.cit., p. 50.

seus produtos e a recorrer em maior escala ao crédito bancário.

A ineficiência do setor público, também pode propagar o processo de elevação de preços. Devido à ineficiência do sistema tributário dos países em desenvolvimento, o setor público muitas vezes financia uma parcela significativa de seus gastos através da emissão de moeda.

As expectativas inflacionárias, mesmo possuindo um caráter subjetivo, também se constituem em um elemento propagador. As antecipações da alta de preços vêm se traduzindo numa variedade de expedientes que, ainda que pretendam evitar as distorções e os prejuízos do processo, podem, por outro lado, difundi-lo e acelerá-lo.

Assim, os reajustes de salários e preços, sancionados pela expansão monetária e creditícia, bem como pelo financiamento do déficit fiscal, são considerados, uma vez já iniciado o processo inflacionário, como mecanismo de propagação ou sustentação da inflação.

Maria Sílvia Marques<sup>11</sup> apresentou um modelo que representou a visão estruturalista da inflação desenvolvida nos países latino-americanos. Este modelo divide a economia em dois setores, o agrícola e o industrial. Considerando uma economia fechada e sem governo, os preços agrícolas são determinados pelas forças de mercado, enquanto os preços do setor industrial são formados a partir de uma regra de *mark-up* sobre o custo de

---

11. Marques, M.S. (1987); - "Uma resenha das teorias de inflação", EPGE - Ensaios Econômicos, n. 95.

mão-de-obra. A partir destas suposições, Marques constrói um modelo matemático onde:

- Pa - Nível de preços do produto agrícola;
- Pi - Nível de preços do produto industrial;
- m - *Mark-up* fixo;
- Wi - Salário nominal na indústria;
- qi - Relação produto/trabalho no setor industrial;
- f - Participação do setor agrícola no produto total;

Os preços industriais seriam dados por:

$$P_i = (1 + m) \cdot \frac{W_i}{q_i} \quad (2.1)$$

Com m constante, onde a taxa de crescimento do preço do produto industrial é dada por:

$$\dot{P}_i = \dot{W}_i - \dot{q}_i \quad (2.2)$$

O índice geral de preços desta economia é uma média geométrica dos preços agrícolas e industriais, de modo que a taxa de inflação resulta de uma média ponderada das taxas de crescimento dos preços nos dois setores.

A taxa de crescimento do índice geral de preços é dada por:

$$\dot{P} = f \cdot \dot{P}_a + (1 - f) \cdot \dot{P}_i \quad 0 < f < 1$$

$$\dot{P} = f \cdot \dot{P}_a + \dot{P}_i - f \cdot \dot{P}_i$$

$$\dot{P} = \dot{P}_i + f \cdot (\dot{P}_a - \dot{P}_i)$$

$$\dot{P} = \dot{W}_i - \dot{q}_i + f \cdot (\dot{P}_a - \dot{P}_i) \quad (2.3)$$

A taxa de crescimento do índice geral de preços é uma função da diferença entre as taxas de crescimento dos preços agrícolas e dos preços industriais. Assim, qualquer aumento nas relações de troca entre estes setores provocará pressões inflacionárias de ordem estrutural. A taxa de crescimento dos salários e da produtividade da mão-de-obra também podem afetar a taxa de inflação.

Outras versões estruturalistas a respeito da inflação foram propostas, e dentre elas destaca-se o Modelo Escandinavo. Neste modelo, a economia interna é dividida em dois setores: o setor exposto (E) e o setor protegido (S).

O setor exposto à competição do mercado internacional possui uma taxa mais alta de progresso técnico e produz bens comerciáveis. O setor protegido está relativamente livre da competição do mercado internacional devido à proteção governamental ou mesmo porque seu produto não é comercializável. Neste setor a produtividade da mão-de-obra cresce a uma taxa mais baixa que a do setor exposto. Os preços do setor exposto são determinados no mercado internacional, neste caso, o país age como um tomador de preços (*price-taker*), devido ao tamanho



insignificante de sua economia em relação ao volume do comércio internacional. Em decorrência disso, o país não possui grau de influência suficiente para cobrar o preço desejado. Se este cobrar um preço maior que o do mercado internacional, ele não conseguirá vender seu produto pois os compradores vão adquirir os produtos nas concorrentes. Não se cobrará preço menor pois deixará de ser realizado um lucro. Portanto, o preço que o país adotará corresponderá ao nível do mercado internacional.

No setor protegido os preços são fixados através de uma política de *mark-up*, ou seja, o crescimento do preço é dado pela diferença entre a taxa de crescimento do salário nominal e a taxa de crescimento do progresso técnico.

Como hipótese deste modelo, tem-se a taxa uniforme de variação dos salários em ambos os setores. Essa variação uniforme pode ser explicada pelo fato dos trabalhadores preocuparem-se com os salários relativos e não com os absolutos, pelo funcionamento de um mercado competitivo de mão-de-obra que desloca os trabalhadores entre os setores ou ainda por uma política salarial solidária por parte dos sindicatos. A partir desta hipótese, é criada uma pressão nos custos do setor protegido que, aliada à utilização de um *mark-up* fixo, resulta em um aumento no nível geral de preços.

A inflação mundial, determina uma parcela comum da inflação doméstica das pequenas economias abertas. As diferentes taxas de inflação verificadas em cada um destes países são explicadas por diferentes taxas de crescimento da produtividade nos setores desta economia.

Este modelo pode, então, ser resumido da seguinte

forma:

$$\dot{P}_E = \dot{P}_W \quad (2.4)$$

Onde  $\dot{P}_E$  é a taxa de crescimento do preço do setor exposto e  $\dot{P}_W$  é a taxa de inflação externa. Como o setor exposto é um tomador de preços de acordo com o explicado anteriormente, a sua taxa de crescimento de preços é igual à taxa de crescimento dos preços do mercado internacional.

$$\dot{W}_E = \dot{P}_W + q_E \quad (2.5)$$

Onde  $\dot{W}_E$  é a taxa de crescimento do salário nominal do setor exposto;  $\dot{P}_W$  é a taxa de variação dos preços internacionais dos bens comerciáveis e  $q_E$  é a taxa de crescimento da produtividade do setor exposto.

$$\dot{W}_E = \dot{W}_S \quad (2.6)$$

A equação (2.6) segue a hipótese de que a taxa de variação dos salários nominais é uniforme para os dois setores.

$$\dot{P}_S = \dot{W}_S - q_S \quad (2.7)$$

Onde  $q_S$  é a taxa de crescimento da produtividade do setor protegido.

A taxa de inflação da economia será dada pela média

ponderada das taxas de crescimento dos preços dos dois setores.

$$\dot{P} = \dot{P}_w + \theta(q_E - q_S) \quad 0 < \theta < 1 \quad (2.8)$$

Onde  $\theta$  é a participação do setor protegido no produto total.

A equação (2.8), mostra que a taxa de inflação nas economias pequenas e abertas é determinada pela taxa de inflação mundial e pelo diferencial entre as taxas de crescimento da produtividade de mão-de-obra nos dois setores.

O esperado neste modelo é que a taxa de produtividade no setor exposto seja maior que a do protegido, implicando em  $\dot{P} > \dot{P}_w$ ; porém, caso o setor protegido seja mais dinâmico, é possível que a taxa interna de inflação seja menor que a taxa mundial.

Cabe ressaltar que não se pode negar a importância da escola estruturalista ao tratar de aspectos importantes da inflação nos países em desenvolvimento, principalmente os da América Latina, que antes eram postos fora do diagnóstico da inflação e da formulação de políticas anti-inflacionárias.

A estrutura econômica dos países em desenvolvimento, apesar de algumas melhoras, ainda possuem desajustes de diferentes ordens e de projeções inflacionárias relativamente diretas e fortes. Para que ocorra êxito duradouro nas políticas anti-inflacionárias é necessário que estas tenham como base um diagnóstico amplo e rigoroso dos antecedentes estruturais.

Sendo a inflação, para a teoria estruturalista, causada principalmente por desajustes entre os elementos estruturais, e

sabendo que estes desajustes por sua vez se encontram bastante enraizados nas economias subdesenvolvidas, se torna muito difícil o sucesso de uma política de combate à inflação que vise ao curto prazo. Segundo Moraes: "Na melhor das hipóteses, o receituário estruturalista fornece elementos para uma política de médio prazo, pois os elementos estruturais não podem ser alterados no curto prazo"<sup>12</sup>.

A observação das fontes de inflação na versão estruturalista, leva à conclusão que a solução estaria em reformas de fundo estrutural como: uma reforma agrária na estrutura de produção agrícola, uma nova divisão internacional do trabalho que favoreça relativamente os países subdesenvolvidos e uma reforma no sistema tributário.

Os estruturalistas lançam fortes críticas ao tipo de combate à inflação via diminuição da demanda agregada defendido pelos monetaristas. Segundo a escola estruturalista, este tipo de combate, em países subdesenvolvidos, traria como consequência apenas uma recessão econômica sem que se debelassem as tensões inflacionárias.

O pensamento estruturalista ganhou nova roupagem teórica a partir dos chamados neo-estruturalistas, ou heterodoxos, que passaram a incorporar no seu modelo teórico o caráter inercialista da inflação, que será exposto no próximo capítulo.

---

12. Moraes, R.C. (1990); - "Teorias Estruturalistas da Inflação.", in *Análise Econômica*, ano 8, n. 14, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 36.

CAPITULO III

### 3. NEO-ESTRUTURALISMO

A teoria neo-estruturalista de inflação passa a ganhar destaque entre o final da década de 70 e início da década de 80. A importância desta escola decorre de dois aspectos mutuamente relacionados. O primeiro deles é que a escola neo-estruturalista tem ocupado espaço crescente no debate econômico, sobretudo nos países em desenvolvimento da América Latina, colocando-se como alternativa analítica à teoria monetarista para a condução de políticas de combate à inflação. O segundo aspecto que deve merecer destaque é que a escola neo-estruturalista desempenhou um papel importante na difusão da hipótese de tendência inercial do processo inflacionário, que inspirou os recentes programas heterodoxos de estabilização econômica aplicados em vários países, inclusive no Brasil.

A estrutura econômica, para a macroeconomia neo-estruturalista, é vista como algo bastante importante em sua construção teórica. O neo-estruturalismo analisa a diferenciação dos setores econômicos bem como a diferenciação dos papéis e posições dos diversos agentes econômicos; que são reconhecidos como tais e não diluídos numa única categoria homogênea. A idéia principal da escola é que deve-se levar em consideração as especificidades e as relações entre os diversos setores e classes de uma particular estrutura econômica.

O conceito de inflação inercial, passa a ganhar respaldo e a proliferar debates entre os economistas. No Brasil, os principais expoentes desta escola foram: Francisco Lopes,

Pérsio Arida, Lara Resende, Bresser Pereira, Eduardo Modiano, Franklin Serrano, José Márcio Rego e outros. A característica marcante dos "novos latinos", como também são chamados os neo-estruturalistas não são as grandes estratégias desenvolvimentistas que marcaram a época cepalina, e sim a preocupação com os problemas de estabilização econômica vistos na maioria dos países em desenvolvimento.

A hipótese da tendência inercial nas economias inflacionárias foi uma das grandes contribuições da teoria neo-estruturalista, que a partir dessa hipótese, demonstrou os problemas que a implementação de políticas de estabilização de corte ortodoxo tendem a gerar.

Segundo os neo-estruturalistas, a inflação possui dois componentes; isto é, uma parte é explicada por choques inflacionários e a outra parte por tendência inflacionária, de modo que somando-se a tendência inflacionária aos choques, tem-se a inflação do período.

Para Lopes: "O ritmo de elevação dos preços é periodicamente perturbado por determinados impulsos inflacionários ou deflacionários que resultam de ações, exitosas ou não, dos agentes econômicos visando a alterar os preços relativos. Estes impulsos são o que denominamos de choques inflacionários"<sup>13</sup>. Como exemplos de choques inflacionários, pode-se citar os choques de oferta com a violenta elevação dos preços

---

13. Lopes, F.L. (1986) - "O Choque Heterodoxo; combate à inflação e reforma monetária", Rio de Janeiro: Campus, p. 121.

do petróleo, os choques cambiais que resultam das tentativas do governo em alterar as taxas de câmbio real da economia, e os choques agrícolas que resultam das tentativas dos negociantes dos mercados de produtos agrícolas em alterar o preço relativo entre bens agrícolas e não-agrícolas para acomodar uma mudança nas condições de oferta do setor. Para os neo-estruturalistas estes choques são entendidos como movimentos exógenos, devido ao fato desses fenômenos não estarem embutidos na concepção de seu modelo. O caráter exógeno destoa da concepção estruturalista que afirma que os choques possuem um caráter endógeno ao processo de desenvolvimento<sup>14</sup>.

Em relação à tendência inflacionária, Lopes chega ao seguinte conceito: "Vamos supor que é possível medir perfeitamente a contribuição de todos os choques inflacionários correntes à taxa de inflação observada. O resíduo não explicado pelos choques é uma componente de inflação pura, que denominamos de tendência inflacionária"<sup>15</sup>.

Existem duas hipóteses sobre a natureza da tendência inflacionária. A primeira hipótese se baseia no ponto de vista convencional dominante na literatura que explica a tendência com

---

14. Na discussão dos anos 50-60 com os monetaristas, o estruturalismo procurava destacar os choques com algo endógeno ao processo global de desenvolvimento. Com a aceleração dos processos inflacionários dos anos 70 e a crescente importância dos mecanismos de propagação, a principal arma de combate ao receituário monetarista passou a ser o destaque à inercia inflacionária. Os neo-estruturalistas, passaram a concentrar-se nos fenômenos conjunturais, nos quais os choques assumiram forma exógena.

15. Lopes, F.L. (1986). op.cit., p. 122.



base nas expectativas inflacionárias. A segunda hipótese refere-se à tendência em termos de inércia inflacionária, resultante de um padrão rígido dos agentes econômicos em economias com altas taxas de inflação.

A hipótese da teoria expectacional da tendência inflacionária, enfatiza o papel das antecipações sobre a evolução futura das políticas macroeconômicas. Esta teoria busca uma explicação para a manutenção ou tendência da taxa de inflação a partir do modelo das expectativas, que se subdivide em expectativas adaptativas e expectativas racionais. As expectativas adaptativas são formadas pelo processo no qual os agentes econômicos, numa espécie de comportamento de aprendizado, formam suas expectativas com base na previsão para o próximo período. Esta previsão é uma média ponderada das taxas de inflação efetivamente registradas nos períodos passados próximos e ajustadas com base em uma função de correção que é proporcional ao erro de expectativas cometido no passado.

Muth<sup>16</sup> (1961), desenvolveu a idéia das expectativas racionais no sentido de construir uma teoria para a formação adaptativa de expectativas baseadas na hipótese de racionalidade dos agentes econômicos. As expectativas racionais são formuladas na medida em que os agentes econômicos buscam todas as informações disponíveis, e a partir disso, são formadas exatamente como prevêem os modelos através dos quais os agentes

---

16. Muth, J.F. (July 1961) - "Rational expectations and the theory of price movements", *Econometrica*.

entendem a economia. Neste tipo de expectativa, os agentes não cometem erros sistemáticos e as expectativas são formadas de tal maneira que se distribuem normalmente em torno da predição correta. Assim, as expectativas racionais resultam de uma intuição dos agentes econômicos sobre a trajetória futura de equilíbrio na economia, somando-se a isso a experiência recente e o conhecimento sobre como as políticas econômicas reagem aos fatos do dia a dia da economia.

A respeito da tendência de inércia inflacionária, ou inflação autônoma, cabe salientar que esta teoria surgiu a partir do fracasso das medidas de combate à inflação de caráter ortodoxo, adotadas nos países em desenvolvimento onde eram utilizadas políticas como a redução da demanda agregada através de limites à expansão da moeda e de cortes do déficit público. O que se constatou foi a ineficiência, na medida em que a dinâmica inflacionária seguira imperturbável o seu curso.

Nos processos inflacionários crônicos, existe um componente dominante de inércia em que a causa principal de inflação passa a ser a inflação passada, independentemente do estado das expectativas.

A teoria da inflação inercial, que serviu como base para diversos planos de estabilização de caráter heterodoxo, inclusive o Plano Cruzado em 1986 no Brasil, corresponde à terceira fase do desenvolvimento da teoria estrutural de inflação. A primeira corresponde aos trabalhos dos economistas da CEPAL que introduziu dois conceitos básicos: 1) Os pontos de estrangulamento na oferta, provocando uma elevação setorial de preços; e 2) Os efeitos propagadores da inflação, generalizando a

elevação inicial dos preços para o resto da economia. A segunda fase ocorreu com a publicação do livro "A Inflação Brasileira" (1963), de Ignácio Rangel, que destacava os seguintes pontos: o caráter endógeno da oferta de moeda, a inflação como mecanismo de defesa da própria economia diante da crônica insuficiência de demanda e o conceito de inflação administrada ou oligopolista. A terceira fase ocorre no início da década de 80 com a publicação de vários trabalhos que tratavam do conflito distributivo e dos meios de indexação dos salários. Neste período, já se admitia que a inflação presente é a mera reprodução da inflação passada e que esta reprodução resulta da indexação formal e informal da economia e, mais amplamente, do conflito distributivo.

Para um melhor entendimento do caráter inercial da inflação, Serrano desenvolveu cinco versões que serão mostradas neste trabalho em ordem crescente de heterodoxia<sup>17</sup>.

### Versão das Expectativas Racionais

Nesta versão, a economia funciona de acordo com a teoria neoclássica, onde os agentes econômicos possuem grandes poderes de informações e previsões acerca do funcionamento da economia.

Algumas hipóteses devem ser consideradas neste modelo:

---

17. Serrano, F.L.P. (1986) - "Inflação Inercial e Desindexação Neutra" in Rego, J.M. et.al. - "Inflação Inercial: Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado", ed. Paz e Terra, pp. 106 a 114.

- a) O Banco Central executa uma política monetária passiva;
- b) A velocidade-renda se mantém constante.

Os agentes, a partir do conhecimento correto da economia, formam suas expectativas racionalmente e sabem que a inflação deverá seguir de forma estável o crescimento da oferta monetária.

Assim, em um sistema de equilíbrio geral onde a velocidade-renda da moeda se mantenha razoavelmente constante, a inflação esperada será igual à taxa de crescimento esperado da oferta monetária menos a taxa de crescimento do produto potencial.

Os agentes privados da economia, sabendo da disposição por parte do Banco Central em acomodar a oferta monetária de forma a impedir uma crise de liquidez na economia, acreditam que a oferta monetária tende a crescer à mesma taxa que o crescimento da renda nominal no período anterior. Desta forma, para evitar a crise de liquidez, a oferta monetária corresponderá ao montante requerido pela economia para que se efetive todas as transações. Se ocorrer um crescimento da oferta monetária acima do crescimento do produto potencial da economia, isto significa que os preços dos produtos cresceram. Quando não há aumento de preços, significa que o nível de moeda requerido para transacionar na economia corresponde ao nível do produto potencial. O nível de crescimento dos preços é então dado pelo excedente do crescimento da oferta de moeda sobre o aumento do produto potencial. Como a oferta monetária acompanha o nível

necessário para que se efetivem as transações, ela então crescerá a uma taxa correspondente à inflação passada o que determinaria, a longo prazo, uma inflação inteiramente inercial.

### **Versão das Expectativas Adaptativas**

A segunda versão esta associada à formação de expectativas adaptativas. A inflação neste modelo é função de dois componentes: a expectativa da inflação e a intensidade da demanda. O processo adaptativo forma a inflação esperada, isto é, a expectativa de inflação é formada por um componente que é a média ponderada da inflação efetivamente observada no passado recente e por outro componente que é a correção proporcional aos desvios entre a inflação prevista e a inflação efetiva no período anterior. As inflações correspondentes a períodos mais recentes possuem uma ponderação maior na formação da taxa de inflação do período atual. Em condições de relativa estabilidade em um processo crônico de inflação, o componente de correção tende a ser nulo em virtude dos agentes econômicos já não errarem em suas previsões. Assim, a inflação passada corresponde quase que totalmente à inflação presente, evidenciando o caráter inercial da inflação.

No que tange à intensidade da demanda, cabe considerar que a tendência é que o produto efetivo se mantenha muito próximo do produto potencial, onde os desvios em relação a este nível são cada vez menores, tornando este componente desprezível e a inflação acaba sendo guiada por expectativas e em consequência sendo fundamentalmente inercial.

### **Versão Institucional**

A terceira interpretação a respeito da inflação inercial considera uma economia indexada em que os preços de determinadas variáveis macroeconômicas sob influência do governo são elevadas tomando como base a inflação passada. Dessa maneira, preços de câmbio, juros, salários e outros crescem de acordo com o que o governo estabelece e acaba por influenciar os demais agentes econômicos, incluindo os que não possuem mecanismos de indexação formal. O acompanhamento do crescimento destes preços pela sociedade como um todo, faz com que a estrutura de preços relativos acabe por se manter equilibrada. Portanto, o estabelecimento oficial dos preços macroeconômicos baseados pela inflação passada e seguidos pelos agentes econômicos mostra claramente um conteúdo inercial na inflação.

### **Versão do Salário Relativo**

A quarta versão elaborada por Serrano, considera que os trabalhadores buscam manter sua participação relativa na estrutura salarial do país, levando-se em consideração os seus níveis de salários reais. Para manter estes níveis salariais, os trabalhadores buscarão recompor seus salários nominais pelo pico de inflação do período anterior. A disposição por parte de todos os grupos de trabalhadores em lutar pela manutenção dos salários reais e participação estável na estrutura global de salários acaba por gerar uma inflação inercial. Acrescenta-se que cada grupo de trabalhadores luta por interesses próprios independente

dos demais e que é justamente esta luta a causa da inflação inercial como sugeriu Serrano: "Assim, o comportamento não cooperativo dos distintos grupos trabalhadores e seu interesse em defender seus salários relativos poderiam, por si só, gerar um padrão inercial de inflação independentemente da existência de indexação formal e de uma incompatibilidade distributiva ativa entre salários e lucros (...)"<sup>18</sup>.

### Versão do Conflito Distributivo

A quinta e última versão elaborada por Serrano e que de todas as já citadas representa com mais firmeza as idéias neo-estruturalistas por apresentar em seu contexto um caráter marcante de heterodoxia, corresponde à versão do conflito distributivo. Esta versão parte das seguintes hipóteses básicas:

- a) Os trabalhadores podem determinar os seus níveis de salários nominais, mas não têm poder para alterar o *mark-up*;
- b) As empresas possuem autonomia para fixar preços, mas não determinam os salários nominais.

Assim, o conflito distributivo refere-se basicamente à disputa entre capitalistas e trabalhadores pela manutenção dos

---

18. Serrano, F.L.P. (1986), *op.cit.*, p. 110.

respectivos níveis de *mark-up* e salários reais. A dinâmica ocorre porque os trabalhadores desejam obter um nível de salário real que as empresas não podem ou não querem pagar, levando-se em consideração o patamar de *mark-up* que a empresa deseja manter. Assim, quando o trabalhador percebe que os seus salários estão abaixo do esperado, eles pressionam os empresários para que os mesmos atinjam o ponto desejado. As empresas, a partir das pressões por parte dos trabalhadores, pagam os salários reivindicados. Para que seu *mark-up* continue constante, estes aumentos nos custos são repassados para os preços do produto final.

Este processo ocorre sucessivamente a cada negociação de contrato de trabalho, fazendo com que surja a inflação inercial que será estável na medida que os termos do conflito distributivo também forem estáveis.

A principal diferença entre esta versão e as demais está no fato de que esta traz uma incompatibilidade distributiva estrutural, já que os salários reais que os trabalhadores desejam correspondem ao pico, enquanto que nas outras interpretações os salários reais desejados são parametrizados pela média. Então, para se acabar com a inflação inercial, seria necessário acabar com a incompatibilidade distributiva estrutural.

Questiona-se porque os trabalhadores sempre buscam recompor seus salários no modelo do conflito distributivo através de negociações pelo pico, já que no resultado final o salário real resultante corresponde à média. Explica-se, em primeiro lugar, que se os trabalhadores reivindicassem percentuais menores de reajustes, não seria garantido nem que os preços iriam baixar



e nem que os trabalhadores garantiriam salários reais médios. Assim, a reivindicação dos trabalhadores por reajustes no pico embutem eventuais perdas e incertezas dentro do processo distributivo.

### 3.1. O Modelo Matemático do Conflito Distributivo

O conflito distributivo pode ser melhor vislumbrado através do modelo matemático verificado em Kandir<sup>19</sup>.

Considera-se a hipótese da existência de duas classes com objetivos contraditórios em que os trabalhadores buscam manter seus níveis de renda real ( $W_r$ ). Tem-se que o salário real é dado por:

$$W_r = \frac{W}{(a.P_L + b.P_I)} \quad (3.1)$$

$W_r$  - Salário real;

$W$  - Salário nominal;

$P_L$  - Nível de preços *flex*<sup>20</sup>;

$P_I$  - Nível de preços *fix*<sup>21</sup>;

---

19. Kandir, A. (1989) - "A Dinâmica da Inflação: Uma análise das relações entre inflação, fragilidade financeira do setor público, expectativas e margens de lucro"; São Paulo: Nobel, pp. 65 a 72.

20. Este preço é determinado pelas leis de mercado (interação entre a oferta e demanda) e se encontra em estruturas de mercado concorrenciais.

21. Este preço não é determinado pelo mercado. Ele é estabelecido pelas empresas monopolistas e oligopolistas que levam em consideração as margens de lucro que desejam auferir.

- a - Participação dos produtos com preço *flex* na cesta de consumo dos trabalhadores;
- b - Participação dos produtos com preços *fix* na cesta de consumo dos trabalhadores.

Caso haja aumento de  $P_L$ , haverá uma diminuição no salário real. Isso motiva os trabalhadores a reivindicarem aumento no salário nominal para compensar a perda de poder aquisitivo. O aumento em  $W$  acarreta por sua vez um aumento em  $P_I$  pois, neste preço, está embutido o salário nominal pago aos trabalhadores.

$$P_I = (1 + Z).(W.b^* + e.P_O^*.a_O) \quad (3.2)$$

Onde:

- $P_I$  - Preço fixado pelo produtor de um produto *fix*;
- $Z$  - Taxa de *mark-up*;
- $b^*$  - Coeficiente de mão-de-obra por produto;
- $e$  - Taxa de câmbio;
- $P_O^*$  - Preço em moeda externa dos insumos importados;
- $a_O$  - Coeficiente de uso de insumos importados por unidade de produto.

Partindo-se de uma equação que mostra o lucro por unidade e utilizando-se a equação (3.2), se chegará na equação da taxa de lucros ( $r$ ).

Tem-se que:

$$\text{Lucro bruto por unidade (L)} = Z.(W.b^* + e.P_O^*.a_O)$$

$$\frac{L}{Z} = (W.b^* + e.P_o^*.a_o)$$

$$P_I = (1 + Z) \cdot \frac{L}{Z}$$

$$P_I.Z = (1 + Z).L$$

Multiplicando-se ambos os lados pela quantidade vendida (X) tem-se:

$$P_I.X.Z = (1 + Z).L.X$$

$$L.X = \frac{P_I.X.Z}{(1 + Z)}$$

$$r = \frac{u.Z}{(1 + Z)} \quad (3.3)$$

Onde:

r - Taxa de lucro;

u - Nível de utilização da capacidade produtiva.

Ao analisar a equação (3.3), nota-se que a taxa de lucro é uma função do *mark-up* e do grau de utilização da capacidade produtiva. Dado um aumento em W e considerando-se que  $P_I$  se mantenha constante, verifica-se que haverá uma queda em Z. Essa afirmação pode ser verificada com a reformulação da equação (3.2) da seguinte forma:

$$Z = \frac{P_I}{(W.b^* + e.P_o^*.a_o)} - 1 \quad (3.4)$$

Com a queda do *mark-up*, tem-se através da equação (3.3), uma queda na taxa de lucros ( $r$ ). Importante salientar que considera-se constante a utilização da capacidade produtiva.

Então, para que o empresário mantenha a sua taxa de lucro constante, ele deve impedir que seu *mark-up* diminua. Para que este não decresça, ou seja, para que  $Z$  na equação (3.4) permaneça constante quando houver um aumento em  $W$ , é necessário que  $P_I$  aumente. Isto faz com que o salário real diminua, de acordo com o que pode ser visto na equação (3.1). Com isso, os trabalhadores retomarão suas lutas para recompor o salário real do período anterior. Os movimentos de aumento de preços e salários se sucederão até o ponto em que se estabelece um novo nível de salários e preços.

Importante ressaltar que enquanto existir capacidade ociosa, poderá haver crescimento na economia sem que os salários reais sejam prejudicados. Pode-se chegar a essa conclusão a partir da equação (3.3). Deduz-se que uma queda de *mark-up* pode ser compensada através de um aumento da utilização da capacidade produtiva para que a taxa de lucro seja mantida constante.

Pode-se verificar a dinâmica descrita acima através do gráfico (3.1). As funções explicitadas no gráfico correspondem a:

$$\Delta W = W r \cdot a \cdot \Delta P_I \quad (3.5)$$

$$\Delta P_I = (1 + Z) \cdot (\Delta W \cdot b^*) \quad (3.6)$$

$$\Delta W = W r \cdot b \cdot \Delta P_I \quad (3.7)$$

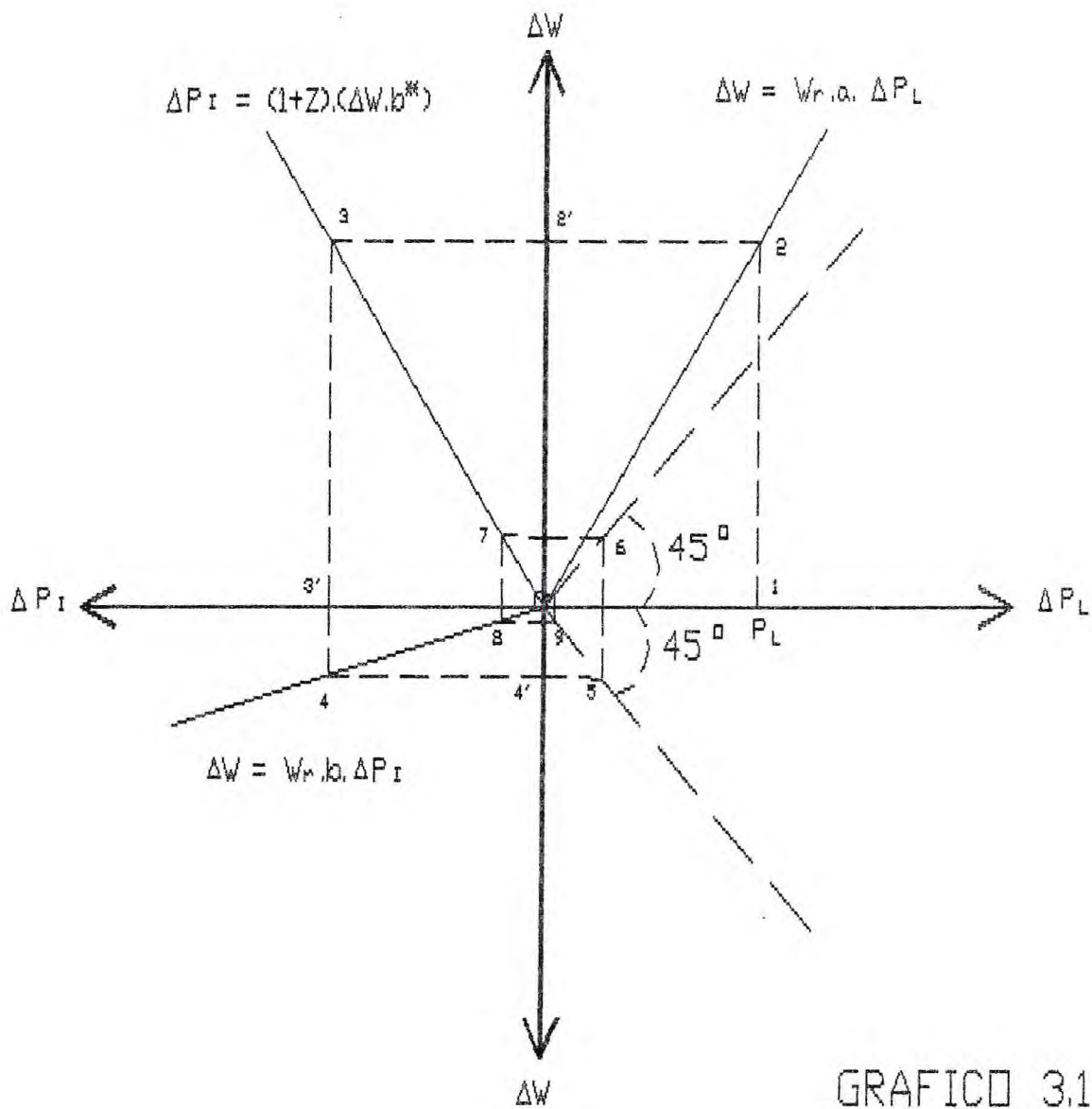


GRAFICO 3.1

Onde:

$\Delta W$  - Variação absoluta dos salários nominais;

$\Delta P_L$  - Variação absoluta dos preços *flex*;

$\Delta P_I$  - Variação absoluta dos preços *fix*.

Observando o gráfico 3.1, tem-se no ponto 1 a variação inicial do preço *flex* ( $P_L$ ). Esse aumento de preços nesse setor desencadeará uma luta por reajustes nos salários nominais para manter os níveis de salários reais. A variação do salário nominal corresponderá ao ponto 2'. A partir deste aumento dos salários nominais, os empresários aumentarão os preços do setor *fix* ( $P_I$ ), para que seja mantida a sua taxa de lucro (ponto 3'). Novamente os assalariados terão que recompor seus salários reais e assim obterão aumento do salário nominal correspondente ao ponto 4'. A dinâmica prossegue até que seja atingido o ponto correspondente à interseção entre os dois eixos.

Percebe-se pelo gráfico 3.1 que a inclinação da função correspondente ao aumento do salário nominal em função do preço  $P_L$  é maior que a inclinação da função de aumento do salário nominal em relação ao preço  $P_I$ . Isso leva à conclusão que a reação dos assalariados a aumentos de preços no setor *flex* é maior que a reação a aumentos no setor *fix*.

Pode-se concluir pelo modelo visto em Kandir, que o aumento de preços é transferido para o período seguinte sempre que houver o conflito distributivo em que empresas e trabalhadores buscam manter os seus respectivos níveis de lucros e salários reais. Com isto, pode-se notar a existência de setores

econômicos distintos em que a economia pode ser vista com suas especificidades estruturais.

### 3.2. Inflação Inercial e Indexação dos Salários

O conflito distributivo existente entre os diversos agentes da economia, juntamente como o processo de indexação formal e informal correspondem o que Bresser Pereira e Nakano<sup>22</sup> classificaram de fatores mantenedores da inflação.

Uma vez iniciado o processo inflacionário pelos chamados fatores aceleradores<sup>23</sup>, existem nas economias modernas mecanismos que propiciam a manutenção do patamar da inflação. Estes mecanismos são os fatores mantenedores da inflação.

O conceito de fatores mantenedores do patamar de inflação, aproxima-se do conceito de fatores propagadores<sup>24</sup> da inflação utilizado pelos economistas estruturalistas latino-americanos.

O conflito distributivo é considerado pelos economistas

---

22. Bresser Pereira, L.L. e Nakano, Y. (1984) - "Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação". in Revista de Economia Política, v. 4, n. 1, janeiro a março, pp 5 a 21.

23. Como exemplo de fatores aceleradores da inflação temos: o aumento dos salários reais acima do aumento da produtividade, o aumento da margem de lucro das empresas, a desvalorização cambial, o aumento de impostos e o aumento no custo de bens importados. Como exemplo de fatores sancionadores da inflação, pode-se citar: o aumento da quantidade de moeda e o déficit público.

24. Este conceito está melhor definido no capítulo 2 do presente trabalho.

neo-estruturalistas como o principal fator mantenedor da inflação. Os agentes econômicos buscam uma estabilidade relativa das participações na renda. O processo de indexação corresponde ao fator capaz de manter as margens de lucros e salários reais dos agentes econômicos.

Para Lopes: "o termo 'indexação' poderia ser empregado para indicar qualquer regra de reajuste periódico de um valor nominal que pretenda impedir a erosão inflacionária de um valor real correspondente"<sup>25</sup>.

Em economias com inflação crônica<sup>26</sup>, o sistema de indexação surge como um parâmetro para os agentes econômicos ajudando a minimizar os custos inerentes à instabilidade das relações entre capital/trabalho.

A tendência ao conflito e à inflação, comum a todas as economias capitalistas, principalmente as economias subdesenvolvidas, faz com que os trabalhadores para se protegerem de perdas de participação no produto, desenvolvam uma tendência à indexação dos salários relativos ao índice do custo de vida. Com o processo de indexação, os trabalhadores procuram celebrar contratos capazes de garantir uma maior estabilidade nos níveis de salários, onde os salários nominais são reajustados no montante da inflação passada.

---

25. Lopes, F.L. (1986). op. cit, p. 44.

26. De acordo com a taxonomia de Lara Resende, tem-se inflação reduzida (um dígito), crônica (dois dígitos) e hiperinflação. ARIDA, P. et al.; "Inflação zero - Brasil, Argentina e Israel", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.



Simonsen<sup>27</sup> dividiu os tipos de indexação em indexação por bases correntes e indexação defasada. No primeiro tipo, a inflação presente é o referencial para reajustes de aluguéis e também para os reajustes dos contratos de trabalho. Em relação ao segundo tipo de indexação, os reajustes são feitos de acordo com a inflação passada, sendo compatível com a inércia da taxa de inflação, representada pelo componente de realimentação inflacionária.

Os neo-estruturalistas defendem o segundo tipo de indexação na medida que, segundo eles, é impossível saber o valor da taxa de inflação durante um determinado período antes que este período tenha terminado. Portanto, em economias que tenham características de inflação crônica, a forma de minimizar o conflito distributivo consiste em indexar os contratos de trabalho a um indicador do custo de vida baseado na inflação passada.

### 3.3. Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial

O alto grau de rigidez da inflação ocasionado, segundo os neo-estruturalistas, pelo seu caráter inercial, deu margem a algumas sugestões para o enfrentamento deste problema. Dentro das diversas propostas de corte heterodoxo que objetivavam resolver o problema inflacionário brasileiro se destaca a proposta de André

---

27. Simonsen, M. H. (1979) - "A teoria da inflação e a controvérsia sobre indexação", Atibaia, SBE, p. 439.

Lara Resende<sup>28</sup>. O ponto fundamental no debate entre as políticas heterodoxas está na forma de como será dada a desindexação da economia.

A proposta de Resende seria a introdução na economia brasileira de uma moeda indexada que circularia paralelamente à velha moeda. Esta nova moeda estaria defendida do imposto inflacionário pela sua cotação estável em relação à ORTN e, ao menos numa primeira fase, também em relação ao dólar. A circulação paralela é fundamental para que se imponha a credibilidade da nova moeda e ainda para que possa haver uma substituição gradativa e voluntária da moeda velha pela nova. Na medida que esta substituição se der por completo, se promoveria a nova moeda ao status de moeda oficial, eliminando assim todos os mecanismos de indexação e reduzindo a inflação a zero.

A partir do momento que todos os agentes econômicos estiverem de posse da nova moeda, que possui alta credibilidade e estabilidade, os mecanismos de indexação, como a correção monetária, cambial e salarial, seriam eliminados.

### 3.4. O Papel da Demanda Agregada e da Moeda no Neo-estruturalismo

Uma das políticas de estabilização utilizada no combate à inflação corresponde ao controle da demanda agregada. Esse controle levaria a uma queda do nível de produto da economia,

---

28. RESENDE, A.L. "A Moeda Indexada: Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial", texto para discussão nº 75, Rio de Janeiro, PUC - Departamento de Economia.

gerando portanto desemprego. Essa relação em que o aumento do desemprego é associado a um nível mais baixo de inflação está relacionada diretamente ao instrumental da Curva de Phillips. De acordo com o gráfico 3.2, pode-se verificar o *trade-off* existente entre inflação e desemprego.

No ponto A, tem-se um nível de desemprego  $D_a$  e um nível de preços  $P_a$ . No ponto B, o nível de desemprego  $D_b$  é maior do que  $D_a$ , porém o nível de preços é menor.

Os neo-estruturalistas questionam a eficiência do controle da demanda como política de estabilização. Importante salientar que o instrumental da Curva de Phillips não é negado pelo neo-estruturalismo, mas, afirma-se que em caso de inflação crônica e recessão não é a melhor opção de política econômica de combate à inflação, pois os casos em que ocorre inércia inflacionária existe uma tendência de rigidez na queda dos preços.

Quando ocorre uma redução no nível de atividade econômica, ou seja, uma queda nas vendas, os empresários são levados a aumentar seus níveis de *mark-up* para compensar a queda na atividade produtiva. Assim, preservam suas taxas de lucros, o que já foi demonstrado através da equação (3.3). A partir disto, os neo-estruturalistas explicam que pode haver desemprego dentro do sistema econômico aliado a altas taxas de inflação.

Percebe-se que entre os neo-estruturalistas o papel da demanda resume-se basicamente em explicar a ineficiência da política de contenção da demanda no combate à elevação da inflação. Na verdade, esta escola mostra que uma política de recessão acaba por promover um aumento no nível geral de preços.

NIVEL DE  
PREÇOS (%)

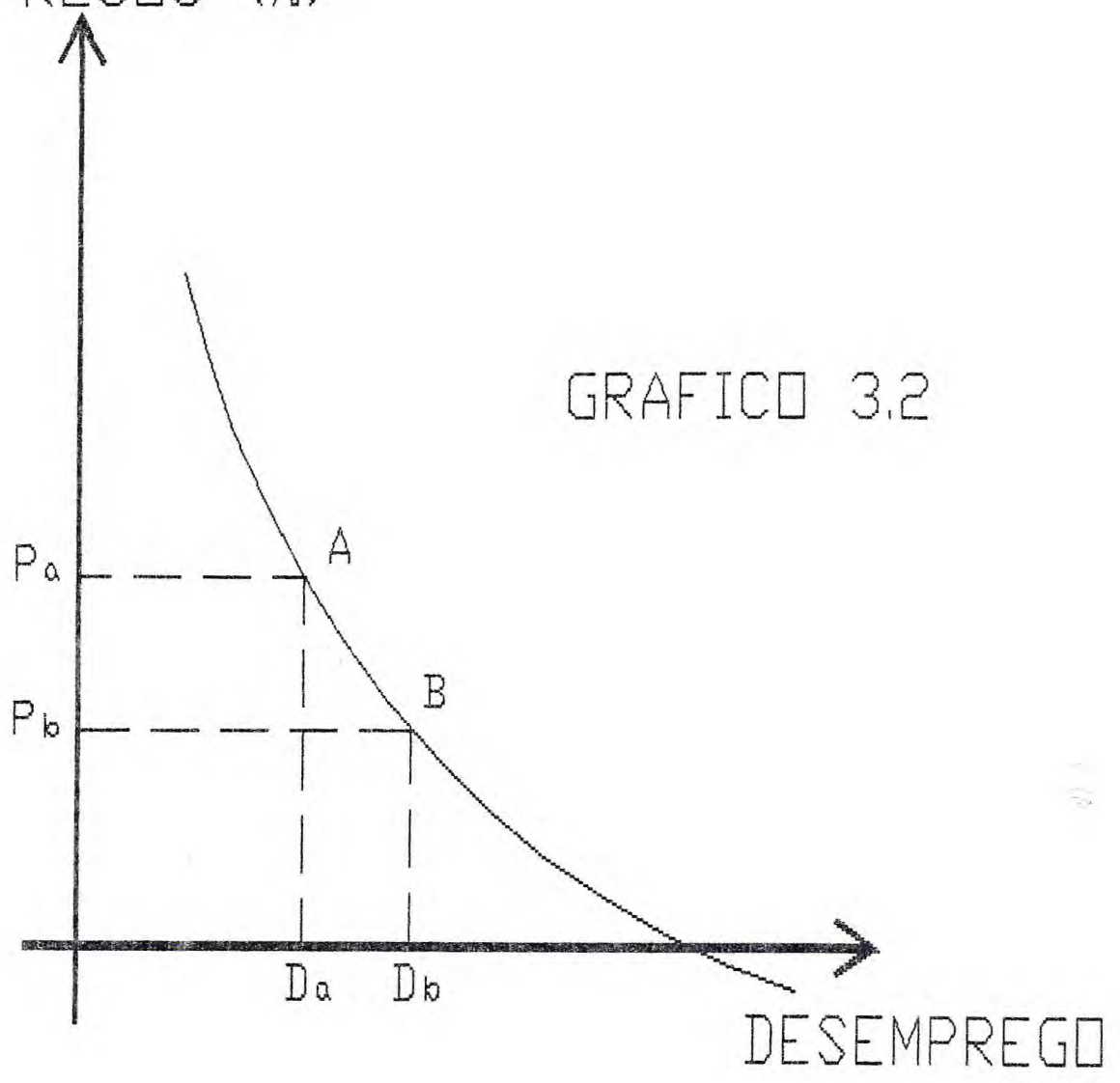


GRAFICO 3.2

A mesma ineficácia é atribuída a políticas monetárias ativas. Acredita-se que a moeda desempenha um papel passivo dentro da economia e que a mesma não possui uma relação de causalidade com o preço; exatamente o oposto do que afirmava a tradicional teoria quantitativa da moeda. Considera-se no neo-estruturalismo que a moeda é uma consequência do nível de inflação e não um componente ativo sobre a mesma, ou seja, o nível de estoque de moeda vai aumentar toda vez que o nível de preços subir, para que seja possível manter o mesmo nível de fluxo do sistema econômico.

Caso fosse exercido um controle sobre a oferta monetária e a inflação dessa economia possuísse natureza inercial, o resultado final seria uma crise de liquidez ocasionando recessão, pois o nível de moeda estaria abaixo do nível necessário para se manter as transações monetárias entre os agentes econômicos em um novo patamar de liquidez exigido pela inflação.

Porém, existe um caso em que os neo-estruturalistas reconhecem a elevação do estoque de moeda como um causador de inflação: na hipótese dessa elevação na quantidade de moeda se converter em demanda efetiva, e se essa demanda efetiva superar o ponto de pleno emprego da economia, pode-se então haver um aumento no nível de preços. Por exemplo, se houver uma baixa nos juros reais, haverá um estímulo ao investimento e a expansão da moeda se converterá em demanda efetiva através destes investimentos. Se os mesmos, para serem efetivados, necessitam de bens de capital de um setor que se encontra em pleno emprego, então esta demanda adicional acarretará uma pressão nos níveis de

preços deste setor. Assim, os neo-estruturalistas defendem uma variação na oferta monetária na mesma proporção da inflação inercial.

A corrente neo-estruturalista se destacou ao sugerir que a inflação tende a se perpetuar por inércia, na medida que os agentes buscam recompor os seus rendimentos pelo pico. A partir desta idéia central foram formulados vários planos que tentaram estabilizar a economia com medidas de caráter heterodoxo, como congelamento de preços e salários e uma total desindexação da economia. Estas medidas tinham como objetivo acabar com o vínculo inercial que alimenta a inflação. Além disso, a teoria, ao considerar os setores econômicos distintamente, busca na resolução do conflito distributivo uma saída para o problema de preços na economia.

## RESUMO DAS CONCLUSÕES

O aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços, ou inflação, tem se constituído em um dos principais problemas que alguns governantes, principalmente os latino-americanos, esforçam-se em solucionar.

A análise do processo inflacionário se torna a cada dia mais complexa na medida que novos elementos são incorporados ao processo inflacionário. A inflação, no capitalismo contemporâneo, deixou de ser um fenômeno principalmente monetário, para se transformar em um fenômeno intrínseco ao sistema econômico.

As teorias que objetivam explicar o processo inflacionário também foram capazes de acompanhar estas mudanças e promovem entre si uma grande controvérsia a respeito das diferentes formas de combate à inflação que cada uma elegeu como fundamental. Dentro da análise das particularidades das principais teorias de inflação é que o presente trabalho se desenvolveu.

A Teoria Quantitativa da Moeda foi a primeira a ser analisada, por ser, provavelmente, uma das mais antigas teorias de inflação. Por mais de três séculos, ela foi aceita como lei de proporcionalidade entre a quantidade de moeda em circulação e o nível geral de preços. Para que esta proporcionalidade seja aceita, várias hipóteses se tornaram necessárias. Em primeiro lugar, admite-se a independência dos determinantes da oferta e demanda por moeda e que a velocidade de circulação da moeda seja constante. Admitia-se ainda, no âmbito da economia neoclássica, a

hipótese de neutralidade da moeda, onde esta era considerada exógena e neutra e, por isso, não afetava o setor real da economia. A renda real, de acordo com esta teoria, era a única variável explicativa da demanda de moeda. Todas essas hipóteses, conjugadas ao pressuposto neoclássico de flexibilidade de preços e salários, são necessárias para que se possa afirmar que a taxa de crescimento dos preços é determinada pela expansão dos meios de pagamento acima do crescimento do produto real.

O declínio da versão antiga da teoria quantitativa da moeda se verificou na década de trinta, quando foi verificado uma acentuada instabilidade da velocidade de circulação da moeda, o que ocasionou um descrédito nas hipóteses desta versão.

A teoria quantitativa ressurgiu na década de cinquenta a partir de uma nova roupagem proposta por Friedman. Esta nova versão tinha como principal diferença da versão anterior, além da nova definição da função demanda por moeda, o rompimento da dicotomia entre o setor real e o setor monetário no curto prazo, acabando, assim, com a hipótese de neutralidade da moeda. Para esta nova versão, a expansão monetária produz o incremento da atividade econômica antes de se refletir integralmente em elevação do nível geral de preços.

A segunda teoria analisada foi o estruturalismo. Esta teoria desenvolveu-se na América Latina e tinha como objetivo principal formular uma teoria capaz de explicar as altas taxas de inflação vividas nestes países. Para os estruturalistas, as inflexibilidades da estrutura econômica surgidas no decorrer do processo de desenvolvimento são as principais causas das pressões inflacionárias. A solução defendida por esta escola para estas



pressões estaria em uma política de médio e longo prazo com a adoção de uma longa reforma de fundo estrutural com medidas como: uma reforma agrária na estrutura de produção agrícola, uma nova divisão internacional do trabalho que favoreça os países subdesenvolvidos e uma reforma do sistema tributário.

A última teoria discutida foi o neo-estruturalismo. A importância desta escola se dá tanto pelo fato de suas idéias se colocarem como uma alternativa analítica à teoria monetarista para a condução de políticas de combate à inflação, como também por ela desempenhar um papel de grande importância na difusão da hipótese de tendência inercial do processo inflacionário. O conflito distributivo existente entre os agentes econômicos é visto pela escola como o principal causador da inércia inflacionária. O processo de indexação formal e informal da economia, necessários para minimizar as incertezas quanto ao índice de recomposição, conferem um alto grau de rigidez à queda dos preços, fazendo com que a inflação se mantenha ao nível igual do período passado.

Para os neo-estruturalistas, o papel da moeda e da demanda agregada tende a ser minimizado exercendo pressões inflacionárias só a partir do nível de pleno-emprego da economia. O papel do controle da demanda agregada como política de estabilização é questionado na medida que os neo-estruturalistas são capazes de explicar que uma política de recessão acaba por promover um aumento no nível geral preços. A política monetária para esta teoria também possui a mesma ineficácia pois, a moeda desempenha um papel passivo dentro da economia, ou seja, a mesma não possui uma relação de causalidade com o preço. A moeda seria

apenas uma consequência do nível de inflação e não um componente ativo sobre o mesmo. A solução defendida por esta escola seria a adoção de medidas heterodoxas, como um congelamento de preços, desindexação da economia além de uma reforma monetária que tivesse como objetivo principal acabar a tendência inercial da inflação, destruindo a memória inflacionária.

Com a análise destas três teorias de forma independente chega-se à conclusão que as medidas defendidas por elas não podem ser aplicadas, separadamente, em um plano de política econômica. Necessita-se, para o combate à inflação, da adoção de um conjunto de medidas monetárias e estruturais que, somente utilizadas conjuntamente, conseguiriam atingir os objetivos desejados. O peso no uso de tais medidas dependerá do contexto econômico vivido por cada país.

## BIBLIOGRAFIA

ARIDA, P. et al., "Inflação Zero: Brasil, Argentina e Israel.",  
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BRESSER PEREIRA, L.C., "A Inflação no Capitalismo de Estado e a  
Experiência Brasileira Recente.", São Paulo, Revista de  
Economia Política, v.1, n.2, Abril/Junho, 1981.

BRESSER PEREIRA, L.C. e NAKANO, Y., "Fatores Aceleradores e  
Mantenedores e Sancionadores da Inflação.", São Paulo, Revista  
de Economia Política, v.4, n.1, Janeiro/Março, 1984.

\_\_\_\_\_, "Inflação e Recessão: A Teoria da Inércia  
Inflacionária.", 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_, "Inflação Inercial e Choque Heterodoxo no  
Brasil.", in Rego, J.M. et al. - "Inflação Inercial, Teoria  
sobre Inflação e o Plano Cruzado.", Rio de Janeiro, Paz e  
Terra, 1986.

CANDIDO JUNIOR, J.O., "A Inflação no Brasil: A Abordagem neo-  
estruturalista da Segunda Metade da Década de 80.",  
Monografia, UFC/FEAC, 1993.

- CHUMVICHITRA, P. e CARVALHO, W.B., "Moeda e Inflação: Uma Resenha das Teorias Monetárias.", Texto para Discussão n.114, UFC/CAEN, 1992.
- DORNBUSH, R. e FISCHER, S., "Macroeconomia.", 5ª ed., São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1989.
- FUSARI, V., "Moeda e Inflação; Um Enfoque Objetivo.", São Paulo, Convívio, 1979.
- GOMES, G.M., "Monetaristas, Neo-estruturalistas e a Inflação Brasileira em 1985.", Seminário de Economia Brasileira, ANPEC, Outubro de 1985.
- KANDIR, A., "A Dinâmica da Inflação: Uma Análise das Relações entre Inflação, Fragilidade Financeira do Setor Público, Expectativas e Margens de Lucro.", São Paulo, Nobel, 1989.
- LOPES, F.L., "O Choque Heterodoxo; Combate à Inflação e Reforma Monetária.", Rio de Janeiro, Campus, 1986.
- MARQUES, M.S.B., "Uma Resenha das Teorias de Inflação.", Texto para Discussão n.95, Rio de Janeiro, EPGE/FGV, 1987.
- MODIANO, E.M., "Inflação: Inércia e Conflito.", Rio de Janeiro, Campus/IMPES/IPEA, 1988.

- MONTORO FILHO et al., "Manual de Introdução à Economia.", São Paulo, Editora Saraiva, 1985.
- MORAES, R.C., "Teorias Estruturalistas da Inflação.", in *Análise Econômica*, Ano 8, n.14, UFRS, 1990.
- NEWLYN, W.T., "Teoria Monetária.", São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1969.
- PINTO, A. et al., "Inflação Recente no Brasil e na América Latina", Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
- REGO, J.M. et al., "Inflação Inercial: Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado.", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- RESENDE, A.L., "A Moeda Indexada: Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial", Texto para Discussão n.75, Rio de Janeiro, PUC/Departamento de Economia, 1984.
- SERRANO, F.L.P., "Inflação Inercial e Desindexação Neutra.", in Rego, J.M. et al. "Inflação Inercial: Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado.", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- SIMONSEN, M.H., "A Teoria da Inflação e a Controvérsia sobre a Indexação.", Atibaia, SBE, 1979.
- \_\_\_\_\_, "Inércia-Inflacionária e Inflação Inercial.", Texto para Discussão n.122, Rio de Janeiro, EPGE/FGV, 1988.

\_\_\_\_\_, "Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque.", Rio de Janeiro, APEC, 1970.

\_\_\_\_\_, "Macroeconomia.", v.1, 5ª ed., Rio de Janeiro, APEC, 1976.

SUNKEL, O., "La Inflacion Chilena: Un Enfoque Heterodoxo.", El Trimestre Económico, v.25, n.4, Outubro/Dezembro, 1958.

WONNACOTT, P., "Introdução à Economia.", São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1985.